

Ao
Ministério da Economia
Sra. Amanda Athayde
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT)
Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)
Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM)
Brasília – Distrito Federal

Referência: Consulta Pública – Portaria CVD

Senhora,

Inicialmente, é importante reconhecer a importância de atualização do roteiro de petição de investigações de subsídios e medidas compensatórias e das revisões dessas medidas.

Porém, observa-se a necessidade de, previamente, ser atualizado o Decreto que regulamenta as normas que disciplinam os processos relativos à aplicação de medidas compensatórias e revisões, pois certas questões cuja regulamentação é pretendida, não são passíveis de serem regulamentadas em sede de Portaria, a fim de evitar questionamentos a propósito da competência.

Observou-se que ao longo da Minuta de Portaria, há citações ao Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC), desacompanhadas da referência ao Decreto nº 1.355, de 1995. Sugere-se a correção, uma vez que o Decreto é o instrumento legal por intermédio do qual o referido ASMC foi incorporado ao ordenamento jurídico nacional.

A apresentação de roteiros de petição de investigação e para distintas modalidades de revisão em um único documento traz como consequência tornar o documento muito longo e a consulta mais árdua.

Além disso, a análise de diversos dispositivos sugere a imposição de demasiado ônus para a petionária. É necessário considerar que a abertura de investigação e de revisões ocorre com base em indícios. Não é razoável, portanto, buscar informações que visem a esgotar a matéria, cuja ausência, se for o caso, pode e deve ser sanada no curso do processo.

Esses aspectos devem ser devidamente sopesados na elaboração de roteiro de petição, a fim de buscar o equilíbrio. O roteiro de petição deve solicitar as informações estritamente necessárias, ao invés de introduzir questões sobre todos os aspectos que eventualmente possam ter surgido em processos anteriores.

Deve ser considerado que não tornar obrigatório o fornecimento de certas informações não implica que as petionárias não poderão apresentá-las nos casos em que isso se mostre relevante para a demonstração da existência de indícios suficientes com vistas à abertura do processo.

Ademais, não tornar obrigatório o fornecimento de certas informações pode contribuir de forma significativa para reduzir a onerosidade para a elaboração de petições. Nesse contexto, é importante destacar que a elaboração de petições que envolvem a prática de subsídios é mais complexa, comparativamente às petições de investigação de dumping.

Das questões relacionadas à competência e de ordem geral

Em algumas oportunidades se verifica inovação em relação ao Decreto nº 1.751/1995. O Decreto estabelece procedimentos administrativos à luz do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC). A Portaria deve constituir roteiro de petição, não cabendo, portanto, a introdução de conceitos e parâmetros relativos à investigação.

Para essa finalidade, é necessária a edição de novo Decreto. Nesse contexto, deve ser considerado o art. 25 do Decreto nº 1.751/1995, que determina competir à SECEX a elaboração de roteiro de petição. Assim, a Portaria pode, somente, determinar dados a serem fornecidos, porém, não pode introduzir metodologias e/ou critérios de análise.

Inovações ao Decreto nº 1.751/1995 devem constar de Decreto. Segundo informações obtidas recentemente, a Minuta já estaria na Casa Civil. Caberia, portanto, buscar a agilização da publicação da atualização da norma.

Em síntese, por um lado, não há base legal para inovar em Portaria e, por outro, não faz sentido repetir em Portaria matéria tratada em Decreto, pois isso torna o documento mais longo desnecessariamente.

A fim de que não restem dúvidas sobre os limites da competência, em sede de Portaria, é interessante lembrar as definições que constam do Manual de Redação da Presidência da República:

24 Decreto

24.1 Definição

Decretos são atos administrativos de competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a prover as situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expresso ou implícito, na lei (MEIRELLES, 2013, p. 189-190).

24.3 Decretos regulamentares

Os decretos regulamentares são atos normativos subordinados ou secundários. A diferença entre a lei e o regulamento, no Direito brasileiro, não se limita à origem ou à supremacia daquela sobre este. A distinção substancial é de que a lei inova originariamente o ordenamento jurídico, enquanto o regulamento não o altera, mas fixa, tão-somente, as: [...] regras orgânicas e processuais destinadas a pôr em execução os princípios institucionais estabelecidos por lei, ou para desenvolver os preceitos constantes da lei, expressos ou implícitos, dentro da órbita por ela circunscrita, isto é, as diretrizes, em pormenor, por ela determinadas. (MELLO, 1969, p. 314-316).

Como observa Celso Antônio Bandeira de Mello, a generalidade e o caráter abstrato da lei permitem particularizações gradativas quando não têm como fim a especificidade de situações insuscetíveis de redução a um padrão qualquer (MELLO, 1981, p. 83). Disso resulta, não raras vezes, margem de discricção administrativa a ser exercida na aplicação da lei.

25 Portaria

25.1 Definição e objeto

É o instrumento pelo qual Ministros ou outras autoridades expedem instruções sobre a organização e o funcionamento de serviço, sobre questões de pessoal e outros atos de sua competência. [grifou-se]

A fim de dirimir quaisquer dúvidas, é importante recordar as disposições do Decreto nº 9.745, de 2019:

Art. 82. À Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais compete:

I - editar os atos normativos relacionados ao exercício de suas competências;

II - supervisionar as seguintes matérias de competência do Ministério:

a) políticas de comércio exterior;

b) regulamentação e execução dos programas e das atividades relativas ao comércio exterior;

c) aplicação dos mecanismos de defesa comercial;

Art. 91. À Secretaria de Comércio Exterior compete:

VII - implementar os mecanismos de defesa comercial;

VIII - regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e às avaliações de interesse público; [grifou-se]

IX - decidir sobre a abertura de investigações e revisões relativas à aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive preferenciais, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais e sobre a prorrogação do prazo da investigação e o seu encerramento sem a aplicação de medidas;

X - decidir sobre:

a) a abertura de investigação da existência de práticas elisivas que frustrem a cobrança de medidas antidumping e compensatórias;

b) a prorrogação do prazo da investigação de que trata a alínea “a” e o seu encerramento sem extensão de medidas;

c) a abertura de avaliação de interesse público;

XI - decidir sobre a aceitação de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, regionais ou bilaterais na área de defesa comercial;

Art. 96. À Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público compete:

I - examinar a procedência e o mérito de petições de abertura de investigações e revisões de dumping, de subsídios e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais, com vistas à defesa da produção doméstica;

II - propor a abertura e conduzir as investigações e as revisões, por meio de processo administrativo, sobre a aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais;

III - propor a aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais e bilaterais;

IV - examinar a conveniência e o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais;

V - examinar a procedência e o mérito de petições, propor a abertura e conduzir investigação sobre a existência de práticas elisivas que frustrem a cobrança de medidas antidumping e compensatórias;

VI - propor a extensão a terceiros países e a partes, peças e componentes dos produtos objeto de medidas antidumping e compensatórias vigentes;

~~VII - propor a regulamentação dos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial;~~

VII - propor a regulamentação dos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e às avaliações de interesse público; (Redação dada pelo Decreto nº 10.072, de 2019) [grifou-se]

VIII - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

IX - acompanhar as negociações internacionais referentes a acordos multilaterais, plurilaterais, regionais e bilaterais pertinentes à aplicação de medidas de defesa comercial e formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a definição da posição brasileira;

X - participar das consultas e das negociações internacionais relativas à defesa comercial;

XI - acompanhar e participar dos procedimentos de solução de controvérsias referentes a medidas de defesa comercial, no âmbito multilateral, plurilateral, regional e bilateral, e formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a definição de proposta brasileira;

XII - acompanhar as investigações de defesa comercial abertas por terceiros países contra as exportações brasileiras e prestar assistência à defesa do exportador, em articulação com outros órgãos e entidades públicas e privadas;

XIII - elaborar material técnico para orientação e divulgação dos mecanismos de defesa comercial;

XIV - examinar a procedência e o mérito de petições de redeterminação das medidas de defesa comercial, propor a abertura e conduzir os procedimentos para alterar a forma de aplicação ou o montante da medida de defesa comercial;

XV - examinar a procedência e o mérito de petições de análise de escopo das medidas de defesa comercial, propor a abertura e conduzir os procedimentos para determinar se um produto está sujeito a medidas de defesa comercial;

XVI - examinar a procedência e o mérito de petições de revisão administrativa, propor a abertura e conduzir os procedimentos, para determinar a eventual restituição de valores recolhidos em montante superior ao determinado para o período da revisão;

XVII - examinar a procedência e o mérito de petições de análise de interesse público com vistas a avaliar o impacto das medidas de defesa comercial sobre a economia nacional;

XVIII - propor a suspensão ou a alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público; e

~~XIX - exercer as atividades de secretaria:~~

~~a) do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC; e~~

~~b) do Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - GTIP.~~

XIX - exercer as atividades dos extintos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.072, de 2019)

a) Grupo Técnico de Defesa Comercial; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.072, de 2019)

b) Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público. (Redação dada pelo Decreto nº 10.072, de 2019)

Assim, constata-se que Portaria, tal como proposta, vai de encontro às normas, uma vez que a competência do Secretário de Comércio e Assuntos Internacionais se limita, nos termos do inciso VIII, a regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e às avaliações de interesse público. A mera leitura dos títulos de diversos capítulos demonstra que a proposta, caso aceita, implicaria em inovação.

Assim, em razão das questões apontadas, relativas à falta de competência, verifica-se ser necessária a exclusão de todo o Capítulo III – DA APURAÇÃO DE MONTANTE DE SUBSÍDIO E DE DIREITO COMPENSATÓRIO, uma vez que, conforme indica o título deste capítulo, a matéria tratada não constitui roteiro de petição e tampouco se insere na esfera da competência do Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

Ao longo da Minuta de Portaria foram observadas outras ocasiões em que se constatou inovação, razão pela qual esses dispositivos devem ser excluídos, pois, conforme disposto no caput, a Portaria, **“Dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos (...)”**.

O art. 43 vai ainda mais longe, ao tentar tornar obrigatório o fornecimento de informações sobre o mercado global. Nos termos do ASMC a petição deve conter indícios de subsídios e do dano decorrente de tal prática. Dados sobre o mercado global não se relacionam com essa obrigação. Portanto, trata-se de mais um caso de inovação, a qual não diz respeito, apenas, ao Decreto nº 1.751, de 1995, mas ao próprio ASMC.

Apenas para fins de registro, é interessante observar que além da “inovação”, a mera leitura dos incisos demonstra uma enorme confusão. O inciso I trata de características da demanda e da oferta da demanda (no mercado global), do produto objeto da investigação e do produto similar. Em primeiro lugar, não é demais lembrar que o produto objeto da investigação é, apenas, o importado pelo Brasil. Além disso, a avaliação da similaridade sem dados detalhados sobre o produto, a nível global, é simplesmente impossível.

No inciso II são solicitadas informações sobre acordos de comercialização e de distribuição no mercado global. Certamente, tais dados, além de dificilmente serem tornados públicos, não se relacionam em nenhuma medida com a matéria a ser demonstrada em sede de petição: existência de indícios de subsídios, dano e da relação causal entre esses.

O inciso V contém curiosidade, pois apesar de o artigo em questão tratar do mercado global, solicita informações sobre relação governamental.

Tais informações não se prestam aquilo que se pretende com o estabelecimento de roteiro de petição: indicar os dados necessários a fim de demonstrar a existência de indícios, impondo ônus excessivo para a peticionária.

Ainda sobre o art. 43, é importante recordar que, eventualmente, em um caso concreto, informações sobre outros mercados possam contribuir para esclarecer a matéria, não há vedação para isso e o próprio inciso VII já dispõe sobre a possibilidade de apresentação de informações sobre outros fatores que influenciem o mercado.

O art. 242 introduz inovação, razão pela qual deve ser excluído. O Decreto nº 1.751, de 1995, não impede que o montante da medida seja alterado em sede de revisão. Da mesma forma, o Decreto nº 8.058, de 2013, de longo que a jurisprudência estabelecida pela SDCOM reflete a alteração do montante da medida, para mais ou para menos, sempre que os dados obtidos ao longo do processo assim o justificam.

Constatou-se, em diversas oportunidades, o uso da expressão “investigação original”. Sugere-se excluir o termo original, uma vez que revisões constituem processo distinto, o que equivale dizer que toda investigação, por definição, é “original”.

O art. 1º faz referência a “petição de investigação original de concessão de subsídios”, o que torna necessária a correção, a fim de excluir o termo “original e a expressão “de concessão”, uma vez que a investigação visa a determinar a prática de subsídios, sendo, portanto, melhor denominada “petição de investigação de subsídios”.

Observa-se, nesse mesmo dispositivo, a correta referência a revisões de direito e de compromissos. Porém, ao longo da Minuta de Portaria, em diversas oportunidades, é utilizada a expressão “revisão de direitos compensatórios” em situações em que seria mais conveniente a utilização da expressão “revisão de medidas compensatórias”, a fim de incluir os direitos e os compromissos.

Em diversas oportunidades, ao longo da Minuta de Portaria, é utilizada a expressão “direito compensatório” em situações que também se aplicam a compromissos, razão pela qual sugere-se sua substituição pela expressão “medida compensatória”.

Em algumas ocasiões são utilizados termos ou expressões em inglês. Uma vez que se trata de ato oficial do governo brasileiro, sugere-se evitar o uso de idioma estrangeiro, uma vez que há tradução que permite a perfeita compreensão da informação que se pretende: por exemplo **benchmark** pode ser substituído pela tradução indicada na própria Minuta (referência de mercado). Da mesma forma, o termo **proxy** pode ser substituído pela expressão “indicador substituto”.

O art. 4º trata de verificações **in loco**. Estando inserido no CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, resta claro que se aplica a todos os processos (investigação, revisões e compromissos de preços). De fato, verificações **in loco** não constituem matéria de roteiro de petição, razão pela qual todas as referências a esse procedimento poderiam ser excluídas.

Porém, alternativamente, caso prevaleça o entendimento de que o tema deve ser abordado em roteiro de petição, sugere-se que todas as disposições sobre a matéria constem do referido CAPÍTULO I, a fim de evitar repetição, o que contribuiria para tornar a Portaria desnecessariamente longa. A título de exemplo, vide artigos 11, 120, 234, parágrafo único do artigo 244, 255, 325 e 339.

Além disso, da mesma forma, a fim de evitar repetição e evitar tornar a Portaria demasiadamente longa, sugere-se que todas as questões de ordem geral, tal como identificação da peticionária, que afetam a todas as modalidades de petição, sejam tratadas, exclusivamente, no Capítulo I. A título de exemplo, vide artigos 39, 41, 237, 271, 290, 328, 329, §1º do art. 330, 338 e 365.

Ainda no Capítulo I, especificamente no art. 6º, observa-se que o tema tratado (apresentação de estudos) é mais afeto a processos em curso do que a petições. Apesar disso, caso se entenda conveniente tratar o assunto, estipulando as condições para apresentação de tais estudos em consonância com o que dispõe o Decreto nº 8.058, de 2013, sugere-se correção no parágrafo único, a fim de excluir a menção a informações confidenciais, uma vez que tais estudos podem ser considerados, mesmo contendo informações dessa natureza, desde que atendidas as regras pertinentes à apresentação de informações confidenciais.

O teor do art. 12 é repetido a cada modalidade de petição. A propósito, vide artigos 235, 256 e 326. Sugere-se que o tema seja tratado exclusivamente no Capítulo I e a devida correção do texto, pois a petição é que deve conter indícios e não as informações. Tais indícios podem se materializar de diversas formas (dados, informações, documentos etc). Além disso, o uso do termo “justificativas” não parece contribuir para elucidar o que se requer. Assim, sugere-se a introdução de dispositivo no Capítulo I a fim de determinar que deverão ser informadas as fontes das informações utilizadas na elaboração da petição, as quais deverão se fazer acompanhar de descrição pormenorizada da metodologia utilizada.

As Subseções I, II e III da Seção IX do CAPÍTULO IV, pelas razões anteriormente expostas, devem ser deslocadas para o CAPÍTULO I (Das Disposições Gerais).

Sugere-se a exclusão do §2º do art. 48, caso adotada a sugestão a propósito do art. 12. Caso contrário, esse dispositivo merece revisão, uma vez que as fontes das informações são informadas. Os documentos é que devem ser anexados à petição.

Dos comentários sobre o CAPÍTULO II

Sugere-se reavaliar a redação do art. 18, uma vez que o uso da expressão “petição fora do prazo” não reflete o entendimento de que será indeferida petição cujos períodos de investigação tenham sido definidos em desacordo com o que dispõem os artigos 16 e 17.

O inciso V dos arts. 19 e 26 introduz elemento estranho à definição do produto objeto do pleito ou similar (grau de substitutibilidade). Trata-se de análise relevante, certamente, porém, no contexto da similaridade, análise esta que não se confunde com a definição de cada um desses produtos. Desta forma, essa questão já foi corretamente inserida no art. 32, que trata da similaridade.

O art. 31 não trata da apresentação de lista de correspondência entre CODPROD e CODIP, embora usualmente seja solicitada. Por essa razão, sugere-se inclusão de dispositivo nesse sentido.

Sugere-se rever a redação do art. 37, pois os dados que poderiam constar da coluna B do Apêndice I não se confundem com a manifestação formal de apoio, que deverá ser encaminhada para a SDCOM. Note-se que a(s) empresa(s) que manifestem apoio à petição, podem preferir encaminhar seus dados diretamente para a autoridade investigadora, ao invés de fornecer para a peticionária. Porém, o que é ainda mais relevante, o dispositivo em questão implica em inovação em relação ao Decreto nº 1.751, de 1995, que ao tratar de manifestação de apoio, especificamente no §3º do art. 28, indica que o exame do grau de apoio deverá considerar, exclusivamente, a produção. Trata-se, por conseguinte, de mais um exemplo da necessidade de atualização do Decreto.

O art. 39 parece conter erro conceitual, uma vez que as empresas que fornecem dados para análise de dano nesta etapa não se confundem com empresas que manifestam apoio à petição. Além disso, a redação do parágrafo único contém erro, uma vez que somente seria possível estabelecer condição para a aceitação da manifestação de apoio, mas não para a sua apresentação.

Sugere-se a revisão dos incisos do art. 42, pois introduz elementos que vão além da obrigação estabelecida pelo próprio ASMC, qual seja, de apresentação de indícios. A leitura dos incisos permite inferir tentativa de esgotamento da matéria em sede de petição, o que não se justifica, especialmente porque o uso da expressão “incluindo informações” deixa claro que se trata de obrigação, o que equivale dizer que está sendo imposto demasiado ônus sobre a(s) peticionária(s), especialmente porque a elaboração de petições de investigações de subsídios são mais complexas, em comparação com as petições de investigação de dumping.

Há uma substancial diferença entre as informações solicitadas no caput do art. 42, as quais normalmente são de conhecimento das empresas, e as inseridas nos incisos. As informações de que trata o caput do art. 42 são de fornecimento obrigatório, o que se infere em razão da utilização do termo “deverá”. Assim, sugere-se a exclusão dos incisos ou, alternativamente, o tratamento da matéria em parágrafo, a fim de determinar adicionalmente, caso disponíveis, poderão ser fornecidas as informações de que tratam os incisos.

De qualquer forma, o inciso VI parece redundante, uma vez que o caput já solicita informações sobre a forma de concorrência predominante no mercado brasileiro, o que certamente inclui o produto importado. Sobre o inciso V, note-se que progresso tecnológico é matéria que se insere no contexto da análise relativa à relação de causalidade.

Além disso, o parágrafo único introduz conceito estranho ao ASMC: substituto comercialmente significativo. É forçoso recordar que o conceito de “produto diretamente concorrente” se aplica, exclusivamente, no âmbito do Acordo Sobre Salvaguardas. De qualquer forma, as partes interessadas, no curso da investigação, não estão impedidas de apresentar argumentos a respeito desta matéria. Porém, ainda assim, o tema seria analisado no contexto da relação de causalidade, razão pela qual este dispositivo deve ser excluído.

Sugere-se a revisão da redação do §2º do art. 47 pois, por um lado, o art. 15 já dispõe que o peticionário deve fornecer as informações que razoavelmente estejam a sua disposição. Além disso, uma vez que diversos dispositivos contêm lista exemplificativa de dados que poderão ser fornecidos, não parece fazer sentido solicitar justificativa para o não fornecimento nesses casos. Uma alternativa seria as disposições do art. 15 constarem do Capítulo I (Das Disposições Gerais), aplicando-se, portanto, a todas as modalidades de petição, incluindo orientação no sentido de que a ausência de informações de fornecimento obrigatório deverá ser devidamente justificada.

O art. 54 constitui outro exemplo de excesso de onerosidade. Trata de informações de difícil obtenção. Assim, cabe reavaliar a matéria, uma vez que mesmo com o uso da expressão “se possível”, isso levará a peticionária a envidar esforços a fim de obter a informação. É importante considerar o prazo reduzido para a elaboração da petição de investigação de subsídios, e é forçoso recordar que se trata da obtenção de dados de mais difícil acesso e de análise bastante complexa.

Nessa mesma linha de raciocínio, sugere-se adequar o art. 60 ao roteiro de petição de dumping, pois o organograma, tal como solicitado, envolve todos os segmentos da empresa, incluindo a descrição do funcionamento de cada unidade, o que constitui excesso de onerosidade, especialmente considerando que diversas áreas podem não se relacionar em nenhuma medida com a produção e as vendas do produto similar. Note-se que a apresentação de informação mais sucinta, por ocasião da petição, não impede que no curso do processo, se necessário, a informação seja complementada.

O art. 62 faz referência ao art. 126, por intermédio do qual foi introduzido o conceito de parte relacionada. Sugere-se a exclusão do referido art. 126 bem como de todas as referências a partes relacionadas, relacionando-as a esse artigo, uma vez que, pelas razões de competência indicadas no início deste documento, o tema não pode ser regulamentado por Portaria, razão pela qual foi sugerida a exclusão de todo o Capítulo III.

O §1º do art. 62 solicita a lista dos principais acionistas. Deve, portanto, ser esclarecido de que forma devem ser definidos esses acionistas, como por exemplo, em razão da participação no capital.

Sugere-se a revisão da redação do art. 70, uma vez que restrições, caso existentes, devem ser apenas objeto de informação. O que pode ser descrito detalhadamente é a natureza de tais restrições.

O inciso V do art. 73 deve ser eliminado, uma vez que não há outros possíveis destinos, além dos mercados interno e externo.

Sugere-se adequar a redação do art. 74 à do art. 72 da Portaria Secex nº 41, de 2013, pois, uma vez que no apêndice em que são fornecidos dados detalhados sobre todas as vendas do produto similar no mercado interno são identificadas as partes relacionadas, restaria, tão somente, solicitar, por parte relacionada, indicar o uso do produto (consumo próprio ou revenda) e a formação de preços para cada uma dessas partes. O uso da expressão “lista de todas as vendas” parece sugerir que haverá fornecimento de informação em duplicidade, o que não se justificaria. O mesmo comentário se aplica ao art. 306.

Sugere-se a exclusão do parágrafo único do art. 77 ou, alternativamente, a revisão de sua redação, uma vez que nenhuma revenda deve ser reportada em Apêndices que se destinam a reportar vendas de produtos de fabricação própria. Portanto, a vedação também se aplica a revenda de produto importado.

No art. 80, a fim de evitar repetição de palavras, sugere-se excluir o termo “exista”, após a expressão “isto é”.

No art. 86, sugere-se excluir a expressão “material referente”.

Sugere-se a revisão da redação do art. 91, uma vez que o que deve ser explicado detalhadamente é a natureza da alteração da capacidade instalada.

No que diz respeito às disposições relativas ao cálculo da capacidade instalada, inicialmente, é importante ressaltar o mérito em estabelecer parâmetros claros, a fim de evitar retrabalho. Porém, alguns aspectos devem ser considerados.

A capacidade instalada efetiva nominal deve considerar o “ótimo”, ou seja, situação que possa ser alcançada sem necessidade de realização de investimentos, por exemplo, meramente utilizando máquinas e equipamentos que estivessem fora de uso, mesmo que isso torne necessária a contratação de mão-de-obra.

Quanto à capacidade instalada efetiva, sugere-se a revisão da redação do §3º do art. 92, pois o uso da expressão “não deverão ser consideradas...” pode suscitar dúvida. Sugere-se que tempo de todas as paradas (programadas ou não programadas) deve ser deduzido do cálculo da capacidade instalada efetiva, pois essas paradas impediram a produção. Porém, o tempo de produção, mesmo que o produto tenha apresentado problemas de qualidade, não deve ser deduzido, pois os equipamentos, de fato, permaneceram em operação. Nesta linha de entendimento, as perdas de produtos por defeito de qualidade se refletem na produção e não no cálculo da capacidade instalada de produção.

O parágrafo único do art. 98 determina que deverão ser indicadas as rubricas que afetam apenas os resultados das exportações. Adicionalmente, sugere-se que conste dos apêndices referentes às demonstrações de resultados que deverão ser listadas todas as contas contábeis utilizadas para elaboração de cada um dos demonstrativos (mercado interno, mercado externo e revenda).

O parágrafo único do art. 100 merece reparo a fim de esclarecer se as metodologias indicadas serão “aceitas” ou se são recomendadas. Sugere-se a segunda hipótese, sendo aduzido que, caso adotada metodologia distinta, as razões que justificam, devem ser informadas detalhadamente. Ainda sobre as metodologias, sugere-se esclarecer se o que está sendo sugerido é a participação da receita líquida obtida com as vendas internas do produto similar na receita total da empresa ou do custo do produto vendido do produto similar, da mesma forma, no CPV total da empresa. Embora essas metodologias sejam usualmente recomendadas pela SDCOM, a redação, tal como proposta, pode suscitar dúvidas.

O art. 101, da mesma forma, merece reavaliação, pois a ocorrência de despesas, por si só, não requer explicação, mas sim a natureza e o montante de tais despesas, a fim de caracterizar sua excepcionalidade e capacidade de afetar os resultados da indústria doméstica. O mesmo raciocínio se aplica a receitas, cuja ocorrência poderia “mascarar” a existência de dano. O uso da expressão “afetem a comparabilidade entre os resultados” não contribui para esclarecer a matéria.

Considerando que se trata de roteiro de petição, verifica-se, mais uma vez, a imposição de ônus desnecessário. Esse dispositivo demonstra, uma vez mais, o entendimento de que todas as questões que possam surgir e que devem ser esclarecidas ao longo do processo, devem ser esgotadas em sede de petição, o que não se justifica. Nesse contexto, não é demais recordar que, nos termos do ASMC, a petição deve conter “indícios”. É isso que justifica o início do processo. Cabe à autoridade investigadora, mediante o contraditório e a ampla defesa, alcançar determinações preliminares e finais.

O §1º constitui outro exemplo de excesso de onerosidade, especialmente considerando que são solicitadas informações segregadas. Note-se que a SDCOM já recebe, em anexos à petição, balanços e balancetes, os quais permitem identificar a ocorrência de situações excepcionais que possam afetar os resultados da indústria doméstica. Nesses casos, podem e devem ser solicitadas informações adicionais.

É importante considerar que o roteiro de petição, além de solicitar dados de análise obrigatória, deve contemplar informações sobre situações usuais, sob pena de implicar em excesso de onerosidade para elaboração da petição. Situações que não são usuais à luz da própria jurisprudência da SDCOM podem ser objeto de pedido de informações complementares, quando identificadas por ocasião da análise da

petição, ou ser tratadas no curso do processo, quando identificadas após a abertura do processo, inclusive em razão do exercício do contraditório e da ampla defesa.

A redação proposta para o inciso I do art. 103 informa a obrigatoriedade de apresentação de todos os investimentos, além daqueles realizados na linha de produção do produto similar. Considerando que se trata de petição, sugere-se que sejam solicitados, exclusivamente, os investimentos realizados na linha de produção, de forma que o fornecimento de informações sobre outros investimentos ficaria a critério da peticionária. Além disso, sugere-se avaliar conjuntamente os arts. 103 e 105, a fim de evitar a repetição.

Os artigos 108, 115, 117, 321, o §2º do art. 250 e o §1º do art. 310 merecem correção. O uso da expressão “indústria doméstica” não é apropriado, uma vez que os efeitos podem variar por empresa, nos casos em que haja mais de uma peticionária. Além disso, compete à autoridade investigadora a definição da indústria doméstica.

Sugere-se a revisão do parágrafo único do art. 110, pois solicita informações sobre a formação de preços “em cada uma destas operações”, faltando, portanto, esclarecer o que se pretende com o uso desta expressão. A fim de evitar ônus excessivo, sugere-se limitar o pedido de informações às principais matérias-primas, insumos e utilidades, ou seja, aqueles que sejam relevantes na formação dos custos de fabricação.

O parágrafo único do art. 115 merece revisão, uma vez que fontes de informações são apenas indicadas, mas não descritas pormenorizadamente. Da mesma forma, o art. 116, pois as importações do produto objeto que causam efeitos sobre os preços da indústria doméstica e não o produto em si.

O §2º do art. 117 constitui mais um exemplo de excesso de onerosidade, pois envolve informações que não estão disponíveis para a peticionária, especialmente de forma documentada.

Caso o entendimento sobre o §2º do art. 118 seja de que o peticionário deverá, preferencialmente, utilizar fontes oficiais de informação, a redação necessita ser revista.

A propósito do art. 120, registra-se ser descabida verificação **in loco** de dados oriundos de institutos de pesquisa. Uma vez que não sejam parte interessada e que tais dados tenham sido fornecidos por partes interessadas no processo, não há razão que justifique a realização de tal procedimento. Verificações **in loco** se aplicam a partes interessadas. Isso, porém, não equivale dizer que a autoridade investigadora não possa buscar obter, se necessário, esclarecimentos sobre aspectos relacionados a dados obtidos de terceiros pelas partes interessadas, inclusive mediante a realização de reuniões técnicas.

O parágrafo único do art. 121 transfere para a peticionária obrigação que recai sobre a autoridade investigadora, qual seja, a de separar e distinguir os efeitos de outros fatores conhecidos”, razão pela qual deve ser excluído. Note-se que o inciso III do art. 10 solicita a apresentação de argumentos a propósito da relação de causalidade.

O §1º do art. 122 necessita de correção, pois o conceito de dano equivale à deterioração dos indicadores de desempenho da indústria doméstica ao longo do tempo. Trata-se de um processo. Não há, portanto, como indicar uma data específica em que o dano se configurou, de forma que não haveria como estipular com clareza se as importações ocorreram antes do evento “dano”. Sugere-se que da parte final deste dispositivo conste não somente pedido para que a peticionária informe as razões que levaram à decisão de importar.

O §2º do artigo antes mencionado caracteriza, uma vez mais, excesso de onerosidade. A peticionária deverá reportar as importações e esclarecer as razões que levaram à decisão de importar, independentemente da relevância do volume importado. Maiores detalhes, se necessários, podem ser solicitados ao longo do processo, caso o volume seja considerado elevado. Mais uma vez, se verifica situação em que o roteiro de petição busca esgotar questões que podem ou não surgir ao longo do processo. Cabe questionar qual a finalidade das informações solicitadas no parágrafo em questão.

O mesmo raciocínio se aplica ao §3º. Nesse contexto, convém ressaltar que a mera realização de importações não significa “opção pelo produto importado”. É comum que empresas adquiram pequenos volumes de concorrentes, nacionais ou estrangeiros, para conhecer e avaliar o produto concorrente.

No que diz respeito ao §4º, note-se que se trata de questão usualmente direcionada a importadores, não fazendo sentido constar de roteiro de petição. Em primeiro lugar porque na grande maioria dos casos, as peticionárias não importaram o produto ao longo do período ou realizaram importações pontuais, em pequenos volumes, de forma que, tal como sugere a Minuta de Portaria, independentemente da relevância do volume importado, essas questões deverão ser respondidas.

Esses questionamentos, quando pertinentes, ou seja, nas hipóteses de realização de importações em volumes efetivamente relevantes frente ao total importado e ao consumo nacional aparente, podem ser solicitados a título de informação adicional. Em síntese, esses dispositivos são mais um exemplo de situação em que se busca esgotar a matéria em sede de petição, desconsiderando que disso pode decorrer a inviabilização de petições.

Em síntese, sugere-se a exclusão desses dispositivos, cabendo à peticionária tão somente preencher o apêndice em questão, esclarecendo as razões que levaram à decisão de importar e o destino do produto (consumo próprio ou revenda). Para a quase totalidade dos casos, considerando a jurisprudência da autoridade investigadora, essas informações são suficientes para a análise que se requer da petição: verificar a existência de indícios com vistas à abertura do processo.

Dos comentários sobre o CAPÍTULO IV

Inicialmente, registra-se que em algumas oportunidades foi utilizada a expressão “revisão de alteração das circunstâncias”. Nesses casos, é necessária a correção para “revisão por alteração das circunstâncias”, uma vez que o direito à revisão decorre da alteração das circunstâncias.

Sugere-se rever a necessidade do parágrafo único do art. 236, o qual implica em desnecessária burocratização, uma vez que setores não se tornam ou deixam de ser fragmentados. Isso normalmente constitui característica de certos segmentos produtivos, de forma que a habilitação

Av. Santo Amaro, 1386 - 3º Andar – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP – 04506-001

Fone: (11) 3238-1950 Fax: (11) 3238-1951

E-mail: abring@abring.com.br Site: www.abring.com.br

prévia da produção nacional como indústria fragmentada deve ser suficiente para fins de petições de revisão. Alternativamente, o dispositivo em questão poderia ser alterado a fim de indicar que, caso identificada alteração significativa da composição de setor, poderia ser solicitada habilitação prévia.

Sobre o art. 243, especialmente o §1º, suas disposições devem ser adequadas às determinações que constam do art. 68 do Decreto nº 1.751, de 1995, que estabelece o decurso de prazo mínimo de 1 ano, salvo circunstâncias excepcionais, da aplicação da medida.

Sugere-se a exclusão do Inciso V do art. 247, pois o exemplo (aplicação de medidas de defesa comercial em terceiros mercados) não afeta a análise de que trata esta Subseção I (Da Extinção do Direito Compensatório), pois o efeito esperado é o desvio de comércio para o mercado brasileiro.

Registra-se que a matéria tratada no parágrafo único do art. 248 (vedação ao duplo remédio) não constitui matéria de roteiro de petição, mas sim obrigação que recai sobre a autoridade competente para a aplicação da medida.

Sugere-se a exclusão do §3º do art. 249 uma vez que o dispositivo em questão se refere ao processo e não a roteiro de petição.

Na alínea a do inciso III do art. 250, sugere-se substituir a expressão “produto objeto da investigação” por “produto objeto da medida compensatória”, uma vez que se trata de processo de revisão.

O inciso II do art. 251 merece revisão, mediante a introdução da expressão “sugestão de”, uma vez que a definição da metodologia compete à autoridade investigadora.

A redação do art. 252 merece revisão, uma vez que toda petição deve conter indícios suficientes relacionados à situação em que se insere (investigação ou revisões). A mesma sugestão se aplica ao art. 256. Aliás, já foi apresentada sugestão no sentido de que todas as matérias que se apliquem a todas as modalidades de petição devem ser tratadas, exclusivamente, no Capítulo I, a fim de evitar repetição e tornar a Portaria desnecessariamente longa.

Além disso, o exame objetivo é obrigação que recai sobre a autoridade investigadora, independentemente da qualidade da petição, a qual, quando não apresentar indícios suficientes, deverá ser indeferida.

O inciso V do art. 252 merece revisão, a fim de esclarecer o que se pretende com o uso do termo “instrumentos”. Sugere-se substituir a expressão “outros documentos e instrumentos” por “outras informações relevantes”.

Dos comentários sobre o CAPÍTULO V

Em relação aos art. 258 e 259, sugere-se que essas disposições, por se aplicarem a mais de uma modalidade de petição, sejam tratadas, exclusivamente, no CAPÍTULO I (Das Disposições Gerais). Pela mesma razão, sugere-se a exclusão do art. 256, cuja matéria deve ser exclusivamente tratada no Capítulo I.

O §3º do art. 260 deve ser excluído, uma vez que Portaria não constitui instrumento adequado para introdução de novas obrigações. Além disso, não ficou claro o significado e o alcance dos termos “simultânea” e “combinada”. Seria necessário definir os eventos (data da abertura, por exemplo) que permitiram considerar tais processos (revisão de final de período e por alteração de circunstâncias) simultâneos e / ou combinados.

Nessa mesma linha de raciocínio, o §5º deve ser excluído, pois estabelece obrigação que não está prevista no Decreto nº 1.751, de 1995.

O art. 262 constitui outro exemplo da necessidade de atualização do Decreto que regulamenta as investigações de subsídios antes da publicação de roteiro de petição, uma vez que o §1º do art. 67 impõe o prazo de 5 meses para protocolo da petição, enquanto o roteiro indica o prazo de 4 meses, em consonância com a regra aplicável às investigações de dumping.

A propósito da Seção III e da Seção IV do CAPÍTULO V, uma vez que solicitam informações que são pertinentes a todas as modalidades de petição, sugere-se que o tema seja tratado exclusivamente no CAPÍTULO I (Das Disposições Gerais).

O parágrafo único dos artigos 273 e 274 deve ser excluído por razões de competência, uma vez que visam à introdução de conceito estranho ao ASMC e, conseqüentemente, ao Decreto nº 1.751, de 1995.

Os demais incisos também merecem reavaliação, uma vez que se trata de revisão de final de período, razão pela qual algumas informações, como as solicitadas nos incisos I, III, IV, V e VI já são de conhecimento da autoridade investigadora.

Em relação aos artigos 278 e 279, sugere-se que a indicação do(s) país(es) sujeito(s) à medida compensatória e do nome e endereço dos produtores / exportadores estrangeiros, por afetar várias modalidades de revisão, conste do CAPÍTULO I (Das Disposições Gerais), a fim de evitar repetição e que a Portaria se torne desnecessariamente mais longa.

O §2º do art. 280 deve ser excluído, por constituir excesso de onerosidade, especialmente à luz do art. 259.

No art. 281, é necessário incluir o termo “continuação”, uma vez que a revisão de final de período abrange, além da hipótese de retomada, a de continuação.

A fim de evitar repetição e que a Portaria se torne desnecessariamente longa, sugere-se que o art. 282 seja deslocado para o CAPÍTULO I (Das Disposições Gerais), por envolver matéria que se aplica a várias modalidades de petição.

O art. 283 trata da “continuidade da concessão”: sugere-se a substituição por “continuação da concessão”, a fim de padronizar a linguagem.

O art. 284 merece revisão, mediante a exclusão do termo “necessariamente”, à luz do art. 259. No §1º sugere-se substituir a expressão “no procedimento de investigação original ou em revisões anteriores” por “em processos anteriores”. O uso do termo “procedimento” ao invés de “processo” em referência a investigações e revisões não é adequado, ante a diferença de significado entre esses termos.

O parágrafo único do art. 286 merece revisão, uma vez que o objeto da revisão é a medida compensatória e não o produto.

Quanto ao art. 288, sugere-se a revisão da redação, a fim de excluir as menções ao CAPÍTULO III, o qual, pelas razões de competência anteriormente expostas, não deve constar de Portaria.

Em relação ao art. 294, observa-se a necessidade de revisão, a fim de excluir a referência ao art. 126, o qual deve ser excluído, pelas razões já expostas, sobre a competência.

O art. 300 merece revisão, mediante inclusão da expressão “para os anos fiscais”. O inciso V do art. 305, por sua vez, deve ser excluído, pois não há outros destinos, além dos mercados interno e externo.

O §4º do art. 310 requer revisão, uma vez que faz referência ao próprio §4º, quando a referência correta parece ser o §3º.

Em relação à Seção XI, sugere-se a alteração do título de “Indicadores de desempenho para indústria fragmentada” para “Indicadores de desempenho de indústria fragmentada”.

O caput do art. 311 requer revisão, uma vez que da parte final consta “observadas as disposições do art.” sem, no entanto, informar a que artigo se refere. O §2º desse mesmo artigo o dispositivo não é claro no sentido de indicar que a obrigação de, preferencialmente, utilizar fontes oficiais de informação, recai sobre a peticionária. Assim, sugere-se a seguinte redação: “*na elaboração da petição deverão ser utilizados, preferencialmente, dados provenientes de fontes oficiais de informações e dados estatísticos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*”.

No inciso I dos artigos 315 e 318, é necessário substituir “produto objeto da revisão” por “produto objeto da medida compensatória”. No §2º do art. 316 e no art. 321, torna-se necessário substituir “produto objeto da investigação” por “produto objeto da medida compensatória”.

Sugere-se, no inciso II do art. 315 utilizar o mesmo termo inserido no inciso II do art. 319 (supressão de preço). A propósito, registra-se que o inciso IV do art. 15.7 do ASMC utiliza o termo **suppressing**.

O parágrafo único do art. 319 necessita revisão, uma vez que falta um verbo na parte inicial: “a petição deverá o montante (...)”.

O parágrafo único do art. 320 deve ser excluído, uma vez que a obrigação de separar e distinguir recai sobre a autoridade investigadora, cabendo à peticionária a apresentação de indícios de subsídios, dano e relação de causalidade entre esses.

O art. 321 solicita informações a respeito de importações realizadas pela(s) empresa(s) peticionárias. Vide comentários anteriores sobre o tema. Os §§ 1º, 2º e 3º merecem reavaliação, pois uma vez que o volume importado seja irrelevante, não se justificaria o nível de detalhamento solicitado. A título de exemplo, é importante recordar que é comum que empresas realizem importações esporádicas, a fim de avaliar o produto concorrente. Além disso, observa-se que diversas informações são usualmente obtidas a partir das respostas ao questionário dos importadores no curso do processo.

Os antecedentes da SDCOM em matéria de investigações/revisões de subsídios ou dumping não sugerem a relevância dessas informações no contexto de análise pertinente à abertura. É preciso considerar que a peticionária conta com prazo muito curto para o levantamento de inúmeros dados. Isso não impede que tal informação, se verificada sua necessidade pela autoridade investigadora ou em razão do contraditório e da ampla defesa, possa ser solicitada a título de informações complementares ou no curso da revisão. É importante, ainda, considerar que as informações solicitadas dos parágrafos §7º a 11 se relacionam a toda importação destinada a revenda, mesmo que o volume não seja relevante.

Sugere-se rever a localização do art. 323, uma vez que não diz respeito a outros fatores.

Dos comentários sobre o CAPÍTULO VI

Sugere-se substituir a expressão “revisão acelerada” por “revisão sumária”, mesma utilizada no art. 69 do Decreto nº 1.751, de 1995. O termo “acelerada” diz respeito ao prazo para conclusão do processo.

Sugere-se excluir, no §2º do art. 329 a referência ao art. 126 pelas razões anteriormente apresentadas.

O §4º do art. 330 necessita correção da expressão “investigação que aplicou, alterou, prorrogou ou estendeu o direito compensatório”, uma vez que alteração, prorrogação ou extensão de medida compensatória não são decorrência de “investigação”, mas sim de revisão.

O §2º do art. 333 necessita ser revisto, pois a revisão sumária de que trata o Capítulo VI tem como objetivo, nos termos da parte final do art. 69 do Decreto nº 1.751, de 1995: “estabelecer, de forma acelerada, direito compensatório individual para quaisquer exportadores ou produtores, que não tenham sido de fato investigados, por outras razões que não uma recusa de cooperar com a investigação.” Trata-se de outro exemplo da necessidade de atualização do Decreto, a fim de fazer constar, expressamente, disposição análoga à de que trata o art. 113 do Decreto nº 8.058, de 2013, pois a admissão de revisão sumária para produtor / exportador que não tenha sido incluído na amostra levará, de fato, a tornar inócuas as disposições relativas a esse procedimento.

O §3º requer revisão, pois a possibilidade de utilização de resposta anterior ao questionário levaria à uma defasagem injustificada, pois após a conclusão da investigação e anteriormente ao protocolo de petição de revisão sumária, já poderia ter sido concluída revisão de final de período. Assim, qualquer que seja o entendimento a propósito do alcance da revisão sumária, especialmente no que diz respeito a produtores / exportadores que não foram incluídos na amostra, a petição deve conter dados atualizados.

Av. Santo Amaro, 1386 - 3º Andar – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP – 04506-001

Fone: (11) 3238-1950 Fax: (11) 3238-1951

E-mail: abring@abring.com.br Site: www.abring.com.br

O §2º do art. 334, em razão do uso do termo “preferencialmente” sugere a possibilidade de período de investigação inferior a 12 meses sem, no entanto, se adequar às condições estabelecidas no §1º do art. 35 do Decreto nº 1.751, de 1995.

O §3º do art. 334 também necessita reavaliação, à luz dos comentários anteriormente apresentados, a propósito da obrigação sugerida na Minuta de Portaria no que diz respeito à revisão de final de período e por alteração de circunstâncias.

Sugere-se revisão do §4º do art. 334 a fim de esclarecer que a peticionária deverá, caso não tenha se beneficiado de algum(ns) do(s) programa(s) identificados no processo anterior (investigação ou revisão de final de período) informar as razões pelas quais não foi beneficiada por cada um desses programas.

A propósito do §1º do art. 335, por se tratar de revisão sumária, a ser conduzida de forma acelerada, sugere-se que a resposta ao questionário do governo deverá ser parte integrante da petição, para tanto, sendo utilizado o modelo adotado no processo anterior (investigação ou revisão).

Além disso, o §4º merece ser revisto, pois a ausência de apoio por parte do governo não constitui a única razão para o indeferimento da petição, conforme §§ 1º a 3º.

Dos comentários sobre o CAPÍTULO VII

No inciso IV do art. 348, a expressão “em vigor” foi duplicada.

O inciso V do mesmo artigo estabelece uma injustificável assimetria em comparação com as disposições da Portaria SECEX nº 42, de 2013, que estabeleceu o parâmetro de 35%. Além de não haver justificativa do ponto de vista técnico para a diferença de tratamento, a redução de tal percentual é prejudicial à indústria doméstica.

Além disso, não foram estabelecidas, tal como no parágrafo único do art. 15 da mencionada Portaria, as diretrizes a serem adotadas com vistas ao cálculo do custo de fabricação.

Dos comentários sobre o CAPÍTULO VIII

Em que pese sua conveniência, o art. 360 está inovando em relação ao Decreto nº 1.751, de 1995, o que não é admissível em sede de Portaria, por razões de competência, em virtude do que sugere-se sua exclusão.

Nos incisos II e III do art. 360 sugere-se substituir a expressão “investigação de produto” por “investigação ou revisão que envolva produto”. A parte final do inciso III merece revisão, uma vez a expressão “ao nível de” indica nivelamento, não expressando o significado pretendido.

O art. 362 introduz injustificada assimetria em comparação com as disposições da Portaria SECEX nº 36, de 2013. E, ao introduzir a possibilidade de apresentação de proposta de compromisso até o encerramento do prazo para manifestação com vistas à elaboração da nota técnica, isso implicará, necessariamente, em injustificado cerceamento do contraditório, pois haverá, para isso, apenas o prazo para apresentação de comentários a propósito da mencionada nota técnica.

Além disso, a jurisprudência da autoridade investigadora a propósito de compromissos de preços, especialmente no âmbito de investigações de dumping, demonstra que, usualmente, após a autoridade investigadora apresentar comentários sobre a proposta inicial, disso decorre sua revisão e, em alguns casos, sua posterior aceitação.

Assim, embora a Minuta de Portaria parece beneficiar as partes que possam apresentar propostas de compromisso, na prática, por não permitir sua revisão, isso será prejudicial para essas mesmas partes, razão pela qual sugere-se a adoção do prazo estabelecido pelo art. 5º da Portaria antes citada.

O título da Seção II, das Subseções I, II, III, IV e V, artigos 363, 365, 368 e 371 devem ser alterados a fim de atender ao que determina o art. 45 do Decreto nº 1.751, de 1995, que somente prevê, para o produtor / exportador estrangeiro, a possibilidade de proposta de compromisso de preços.

O parágrafo único do art. 369 deve ter sua redação revista, uma vez que a expressão “a que faz referência o caput” não se relaciona com a natureza das informações a serem fornecidas, pois o caput não discrimina que informações seriam essas, tratando, apenas, do prazo para apresentação de tais informações.

Nos artigos 370 e 375, sugere-se substituir o termo “realizada” por “apresentada”. Uma vez que este dispositivo trata de verificação **in loco**, em consonância com as sugestões anteriores sobre a matéria, caso considerado necessário a introdução desse dispositivo, o mesmo deve constar do Capítulo I (Das Disposições Gerais).

A propósito, registre-se caso a SDCOM, ao recomendar a homologação de compromisso de preços, adote a prática de a parte interessada em questão assinar um termo de compromisso do qual constem todas as condições do referido compromisso, a autorização para a verificação **in loco** deve constar desse termo de compromisso.

Os §§ 1º e 2º do art. 371 não constituem matéria de roteiro de petição, razão pela qual sugere-se sua exclusão. De qualquer forma, no que tange ao §1º, não há razão que justifique conceder ao governo oportunidade para manifestação, uma vez que se trata de compromisso de preço assumido pelo produtor / exportador. Nesse contexto, caberia, apenas, notificação.

Nessa mesma linha de raciocínio, a Subseção I da Seção II deve ser excluída, pois as condições para apreciação de proposta não constituem matéria de roteiro de petição, devendo, portanto, constar de Decreto. Da mesma forma, as Subseções III e IV devem ser excluídas, uma vez

que monitoramento e violações de compromisso não constituem matéria de roteiro de petição e de Portaria, em razão das questões já apontadas, a respeito de competência.

Isso não obstante, registra-se, no tocante aos incisos do art. 380, que o caput trata de matéria que deve constar do compromisso, de forma que sua ausência não constitui violação. Além disso, não faz sentido, em se tratando de empresas privadas, exigir que o governo adote o compromisso de que trata o inciso II.

No inciso V do art. 375, importa observar que não se trata de produto objeto do compromisso, razão pela qual sugere-se alterar essa expressão por “produto investigado ou objeto da medida compensatória”.

No art. 376, sugere-se alterar a expressão “deverá informar as” por “deverá conter descrição detalhada das”. No parágrafo único deste artigo, o termo “comproven” deve ser substituído por “demonstrem”, pois a comprovação efetivamente somente poderá ocorrer no curso da vigência do compromisso.

Dos comentários sobre as disposições finais

No art. 381, sugere-se incluir “do processo” após o termo autos.

A respeito dos apêndices, registra-se que não obstante mencionado no art. 322, não consta ao final da Minuta de Portaria o modelo do Apêndice XX.

Finalmente, os apêndices XXV (importações do produto objeto) e XXVI (preço de exportação construído a partir do preço de revenda) constantes ao final do texto, não foram mencionados em nenhum artigo da minuta de portaria.

À disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessário.

Atenciosamente,



Synésio Batista da Costa

Presidente – sbc1@abring.com.br - sb1@synesio.com.br

Celular - +55 11 99985-7000 - **Escritório**: +55 11 3238-1950

Whatsapp - +55 11 99170-6157 - **WeChat**: synesio1 - **Skype**: sbc1_18